

SINAIS DE INCLUSÃO: DESMISTIFICANDO SUA TRAJETÓRIA

Maria Rejane de Lima¹

Resumo: O trabalho apresenta aspectos que são pressupostos a uma realidade bilíngue-bicultural voltada para a realidade histórica de pessoas surdas. Questões abordadas pelos autores e pesquisas teóricas e técnicas remetem a proposta de inclusão e ensino ao surdo, apresentam-se pontos críticos e propostas educacionais desenvolvidas ao longo dos anos e busca evidenciar fatores que norteiam a necessidade de mudança real e atual. A pesquisa aplicada com base no IBGE, através de gráficos evidencia a população que tem dificuldade na audição e as que são alfabetizadas, é feito um misto na história desde o surgimento da libras e suas necessidades com as leis que protegem e aplicam a inclusão e o trabalho pedagógico como proposta educacional. A partir dessas informações, são apresentados relatos de experiências e conquistas para a comunidade surda de um modo geral. Para finalizar o presente trabalho

sugerem-se algumas estratégias que podem ser utilizadas em favor do avanço da educação e inclusão.

Palavras-chave: Inclusão. Língua de Sinais. Surdez. Bilíngue-bicultural.

Abstract: The work presents aspects that are presupposed to a bilingual-bicultural reality focused on the historical reality of deaf people. Issues addressed by the authors and theoretical and technical research refer to the proposal of inclusion and teaching to the deaf, critical points and educational proposals developed over the years are presented, and seeks to highlight factors that guide the need for real and current change. The applied research based on the IBGE, through graphs shows the population that has difficulty in hearing and those who are literate, is a mixture in the history from the appearance of the pounds and its needs with the laws that protect and apply the inclusion and the pedagogical work as an educational

¹ Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba. Especialista em Gestão, Coordenação e Supervisão Escolar. Estudante da Pós-graduação *latu sensu* em Docência do Ensino Superior da Faculdade Três Marias. E-mail: mrejanedelima@gmail.com

proposal. From this information, experiences and achievements are presented to the deaf community in general. To finalize the present work, some strategies that can be used in favor of the advancement of education and inclusion are suggested.

Keywords: Inclusion. Sign language. Deafness. Bilingual-bicultural.

Introdução

Este artigo baseia-se em diversas situações e desafios, avanços, rejeições e a história da língua de sinais. De fato, ainda com limites a educação de sinais vem sendo implantada, mas, seu avanço está sendo perceptível. A necessidade da implantação e do cumprimento da lei acontece para por em prática a inclusão e o direito de educação para todos. Sabe-se que a pessoa com necessidades sensoriais adquire a língua de sinais como sua língua materna, mesmo que aprenda o português “a escrita” sua L1 é a libras e com isso adquire aspectos socioculturais, interpessoais e cognitivos. Se este método de ensino não

for eficaz, dificulta a aprendizagem bilíngüe². Para que isso aconteça às escolas precisam das políticas pedagógicas aplicadas e professores preparados em conduzir turmas de alunos ouvintes e surdos e de órgãos preparados para apostar em mais interpretes e formas de ingressar pessoas surdas em ambientes favoráveis a seus limites. Na qual aconteça de forma dinâmica onde eles possam se comunicar entre si respeitando o limite que cada um tem.

Desenvolvemos a reflexão aqui apresentada, com base em levantamentos bibliográficos e sobre a lei que protege a comunidade surda e aplica a língua de sinais ao alcance de todos. A respeito da ótica desses autores vimos que a muito que se fazer para atingir e aprimorar o que a lei relata, mais também é notório que a lei esta sendo um instrumento de diagnóstico transformador na realidade dos surdos. A pesquisa tem por objetivo, conhecer os fundamentos filosóficos, culturais, históricos e sociais que norteiam a educação dos surdos, a fim de que possamos verificar a língua de sinais como veiculadora da construção da

² Bilíngüe como sendo um sujeito conhecedor e eficiente em duas línguas, o que se propõe como forma de ensino para a aquisição da segunda língua, que para o

sujeito surdo é a Língua Portuguesa, é a forma escrita da língua oral ensinada a partir de sua língua materna.

identidade surda na aquisição de conhecimentos e na interação com a sociedade.

Diagnosticamos que não há grande quantidade de obras que explore tal assunto, onde dificulta levantar dados ou até mesmo relatar experiências reais e com maior clareza para o leitor. A um vasto conhecimento das leis e direitos que só sabe o público de interesse comum. Como nos dias atuais esta sendo muito pragmático este tema, abordado tanto nas redes sociais, como em concursos públicos e também no meio educacional e do trabalho é fácil identificar o que é inclusão ou uma pessoa com deficiência auditiva. Difícil é encontrar portas para aceitação e pessoas capazes de olhar para a dificuldade do próximo e ajudar. Fato que a muito que se explorar, uma mistura de falta de conhecimento e respeito na qual é preciso saber lidar com a situação e trazer pra realidade de um mundo comum.

1. Inclusão social

A inclusão social é o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe

social, educação, idades, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceito raciais. Inclusão social é oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviço a todos. Hoje a escola tem que aceitar os deficientes seja eles surdos, cegos, intelectuais ou cadeirantes; eles vão para escola regular, tem interação, aprendizado, contato e se desenvolvem. Antes a escola não se adaptava aos deficientes, eram eles que se adaptavam a escola, os professores não conseguem comunicar com os alunos surdos, eles improvisam ou ignoram a situação por não conseguir resolver, há problema também nos livros que não são interpretados para Libras. Os professores devem ser capacitados, guarnecidos com suporte técnico, didático e pedagógico; desta forma conseguiram equilibrar o saber e a construção do conhecimento no fazer. Não se pode produzir um sistema educacional incluso em instantes, há uma organização e planejamento administrativo para que seja colocado em prática, na qual o processo de diagnóstico das necessidades já elaboradas possam implementar nos objetivos do processo de construção da inclusão. A escola inclusiva não é um modelo de escola continuada ou

melhorada, é uma quebra de paradigmas, valores e práticas de modelos anteriores. Estar incluído significa muito mais do que estar presente fisicamente dentro dos muros da escola, implica “um sentimento e uma prática mútua de pertença entre a escola e a criança, isto é, o jovem sentir que pertence à escola e a escola sentir que é responsável por ele” (Rodrigues, 2003, p. 95).

Vivemos um momento onde mais ações de inclusão são discutidas e influenciadas, são pessoas com necessidades especiais distintas, cultura e línguas diferentes da qual possui um histórico de exclusão, por isso o surgimento das leis para combater estes fatos. Aceitar que na sociedade existe

Exclusão é uma afirmativa desafiadora, pois incluir é tão desafiador quanto “permitir” é ter um significado muito maior que é mudar, flexibilizar, preparar para receber e tornar possível. Como diz a exemplar frase de Santos (2001, p. 193): “todos temos direito a ser iguais quando a diferença nos diminui e todos temos direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”. Entender tudo isso é compreender que existe uma diferença e não deficiência, diferença de cultura resultante da língua diferente, da qual se leva a discriminação

se não for aceita e compreendida. Comunicação sempre foi e será um produto indispensável para que o pensamento se organize e tenha estrutura para que a expressão humana aconteça. Desfrutar da língua de sinais é falar com as mãos e ouvir com os olhos, é envolver com uma cultura que percebe o mundo através dos sinais, que experimenta encanto quando entende e se faz entender, que convida, que troca, que aceita e que oferece.

1.1 Contexto histórico

Tendo em vista que não há presente sem passado, é necessário entender a trajetória da educação dos surdos e seus acontecimentos no âmbito social, político e histórico que influenciaram na formação da identidade dos surdos. Na antiguidade Grega – Romana (4000 a.C. – 476 d.C.) acreditava-se que os surdos não eram seres competentes porque não ouviam e não falavam, conseqüentemente não tinha linguagem e pensamentos. Baseado neste fato originou-se a expressão surdo e mudo, se eles não falam também não ouvem, sabemos que isso é um mito, pois se eles não falam porque nunca ouviram,

mais se desenvolverem teorias de oralização eles podem desenvolver a fala evidentemente em graus variados. Os surdos não tinham direitos legais, não podiam fazer parte dos testamentos e somente se casavam com a permissão do papa, pois eram considerados incapazes de gerenciar seus atos e eram confundidos com retardados, como relato o autor a seguir:

[...] o pensamento não podia se desenvolver sem a linguagem e que esta não se desenvolvia sem a fala. Desde que a fala não se desenvolvia sem a audição, quem não ouvia, não falava e não pensava, não podendo receber ensinamentos e, portanto, aprender. (MOURA, 1997, p.327-357)

Na idade Moderna essa idealização começou a mudar quando apareceram os primeiros educadores de surdos, a história relata que o primeiro educador foi Pedro Ponce de Leon ele educava os filhos surdos de nobres para terem direito a herança, ele obteve êxito no ensino tanto na fala, na leitura, na escrita e até na filosofia para alguns surdos, o que foi muito importante naquela época, que independente do que se pensava, os surdos eram sim capazes

de aprender. O trabalho de Leon serviu de base para outros educadores como foi o caso de Juan Pablo Bonet, que em 1620 publicou a obra sobre a arte de ensinar surdos a falar (alfabeto manual, escrita, língua de sinais e manipulação dos órgãos fonoarticulatórios). Com base na obra de Bonet outros educadores disseminaram a ideia que foi o caso de Pereire, Amman e Wallis onde focavam a oralidade, mas o uso dos sinais e alfabeto manual, fato interessante foi que Pereire e Wallis no final de suas carreiras desistiram do método da oralização onde tiveram a convicção que a língua de sinais é a melhor forma de comunicação para estas pessoas.

A história nos leva até um marco importante, a criação do primeiro Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Paris (1760) criado pelo pesquisador Charles Michel de L'Épée que enfrentou muitos desafios, ele considerava os sinais que os surdos usavam insuficientes, por esta razão inventou os sinais metódicos³ que integrou a gramática de LIBRAS e defendeu a Língua de Sinais como sendo a língua/materna dos surdos. No entanto

³ Sinais Metódicos é uma combinação de língua de sinais com gramática sinalizada francesa.

houve muitas controvérsias para aceitarem a língua padrão para os surdos, mais de um século depois de tanta opressão no Brasil a primeira lei que viabiliza o uso da Língua Brasileira de Sinais como a primeira língua dos surdos foi assinada em novembro de 2002 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

1.2 identidade e cultura surda

A Wikipédia chama-se pessoa surda àquela que é portadora de surdez e que possui uma identidade, uma cultura, uma história e uma língua própria. Já a organização Mundial de Saúde (OMS) diz que a pessoa portadora de surdez é a que não percebe sons acima de 26 decibéis⁴ onde tem diminuição da capacidade de percepção normal dos sons. A surdez pode ser leve onde somente um teste de audição (audiometria) vai revelar a deficiência, porque as pessoas não se dão conta que ouvem menos, esta perda é acima de 25 a 40 dB, já moderada é a perda de 41 a 55 dB onde os sons podem ficar distorcidos e na conversação as palavras se tornam abafadas, tem a severa que vai

de 71 a 90 dB onde a pessoa precisa de um som mais alto para poder ouvir, já a surdez profunda é a perda acima de 91 dB a pessoa só ouve ruídos como turbina de avião, disparo de revólver e tiro de canhão.

A forma de como o surdo irá se adequar as suas atividades reflete na sua interação social, com o ambiente que vive, com a opção do uso da língua e a educação. Se for impedido o desenvolvimento da sua língua natural, pode comprometer seu lado psicológico, social, cultural e afetivo onde retardará sua identidade. O acesso à linguagem coloca o surdo na construção da sua identidade e no mundo das relações interpessoais. Só no Brasil pelo censo do IBGE de 2010 são mais de 9 milhões de pessoas com perda auditiva e pelo menos 300 mil surdos e mesmo com bastante em comum tem uma diferença bem grande entre deficiente auditivo e surdos. São vários casos de deficiência auditiva seja ela herdada ou causa externa como infecção no ouvido, rubéola durante a gestação e efeito colateral de remédios.


⁴Decibel (dB) é uma unidade logarítmica que indica a proporção de uma quantidade física (geralmente energia ou intensidade) em

relação a um nível de referência especificado ou implícito. Uma relação em decibels é igual a dez vezes o logaritmo de base 10 da razão entre duas quantidades de energia.

2. Dados do IBGE sobre a população surda

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizou seu último censo em 2010, onde obtiveram dados de população brasileira, dentre os

itens pesquisados revela o quanto a pessoa ouvia. Para entender melhor esta pesquisa, logo a abaixo estão ilustrados o passo a passo do questionário realizado na pesquisa que retrata dos déficits da audição.



DEFICIÊNCIA - PARA TODAS AS PESSOAS

6.14 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE ENXERGAR?
(SE UTILIZA ÓCULOS OU LENTES DE CONTATO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO OS ESTIVER UTILIZANDO)

1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE Siga 6.15

6.15 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE OUVIR?
(SE UTILIZA APARELHO AUDITIVO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)

1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE Siga 6.16

6.16 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE CAMINHAR OU SUBIR DEGRAUS?
(SE UTILIZA PRÓTESE, BENGALA OU APARELHO AUXILIAR, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)

1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE Siga 6.17

6.17 - TEM ALGUMA DEFICIÊNCIA MENTAL/INTELLECTUAL PERMANENTE QUE LIMITE AS SUAS ATIVIDADES HABITUAIS, COMO TRABALHAR, IR À ESCOLA, BRINCAR, ETC.?

1 - SIM, 2 - NÃO Siga 6.18

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010

- Não consegue de modo algum – para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz de ouvir;
- Grande dificuldade – para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo;
- Alguma dificuldade – para a pessoa que declarou ter alguma

dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo ou;

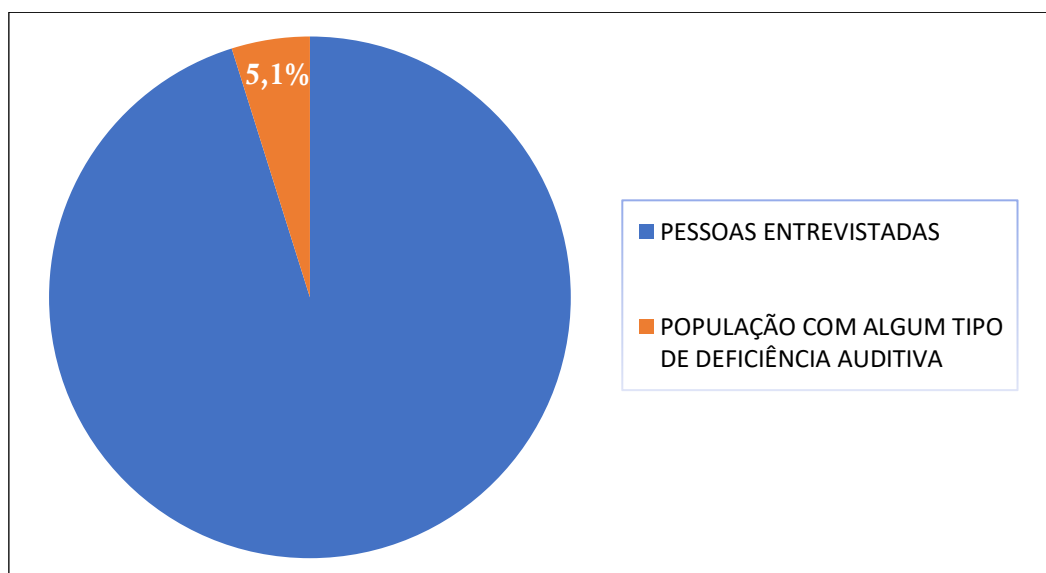
- Nenhuma dificuldade permanente de ouvir, ainda que precisando usar aparelho auditivo.

Segundo a pesquisa realizada pelo IBGE focada no nível de dificuldade de audição, percebemos que não temos clareza se o entrevistado

nasceu surdo ou se ficou após nascer. Diagnosticamos que existe na população níveis de dificuldades para ouvir, onde o questionário foi realizado para todos os que possuem ou não aparelho auditivo. Onde podemos imaginar que as pessoas

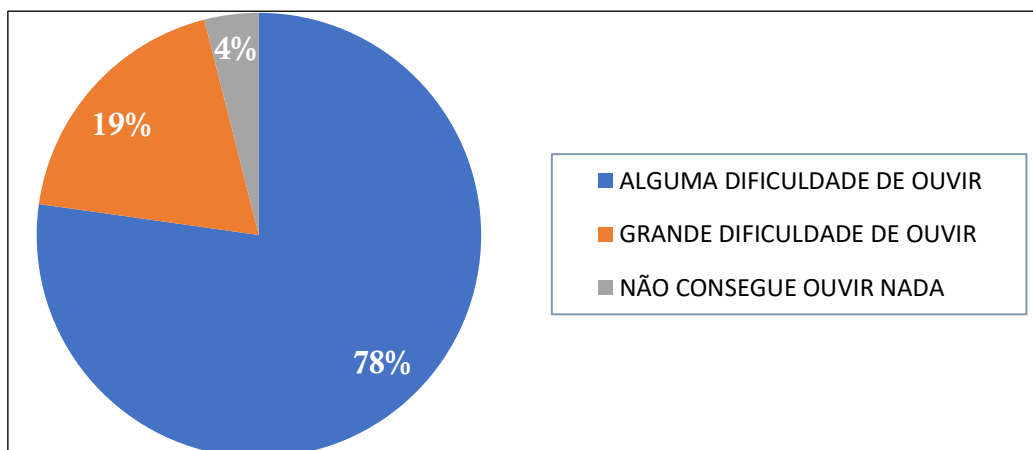
que nunca fizeram exame mais sente dificuldade também entrou na conta. Com esta explicação veremos a seguir gráficos que nos mostra a porcentagem de cada situação abordada.

Gráfico 1 - População residente com alguma deficiência auditiva: total de 190.755.799 de pessoas entrevistadas. Dessas, 5,1% declararam ter algum tipo de deficiência auditiva (o que seriam 9.717.318 pessoas na época). Fonte: Censo 2010 – Tabela 8 (pg. 76)

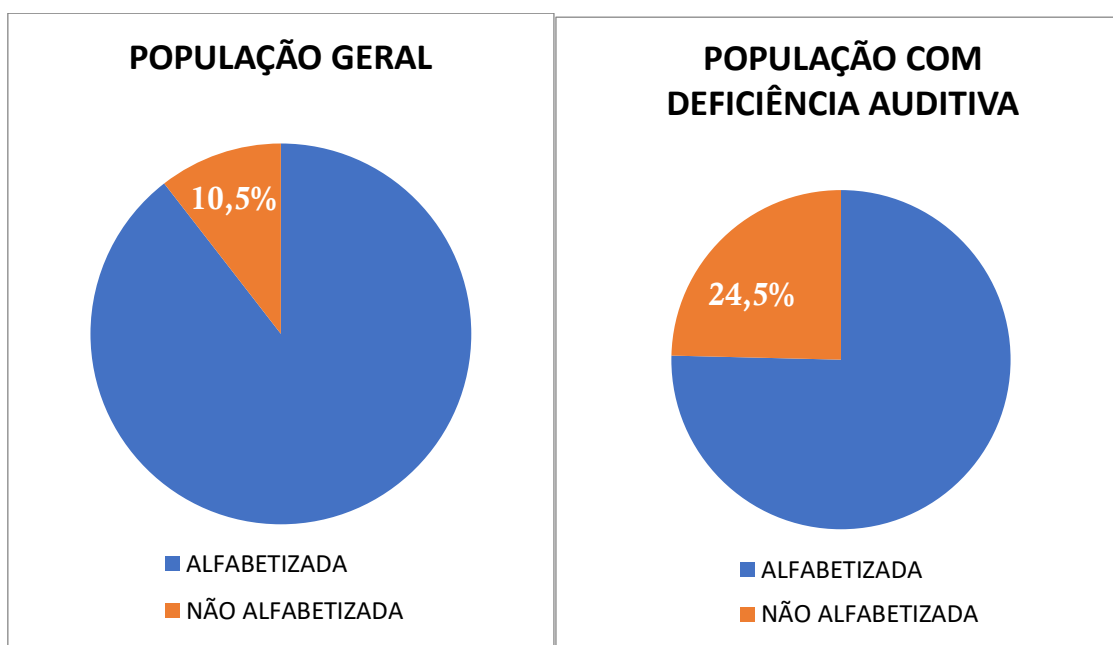


Fonte: elaborado pela autora com base no Censo Demográfico IBGE 2010.

Gráfico 2 - Grau de dificuldade para ouvir: dos entrevistados, 78% das pessoas declararam que tem alguma dificuldade de ouvir, enquanto 19% possuíam uma grande dificuldade de ouvir e 4% não conseguiam ouvir de modo algum. Fonte: Censo 2010– Tabela 1.3.1 (pg. 114)

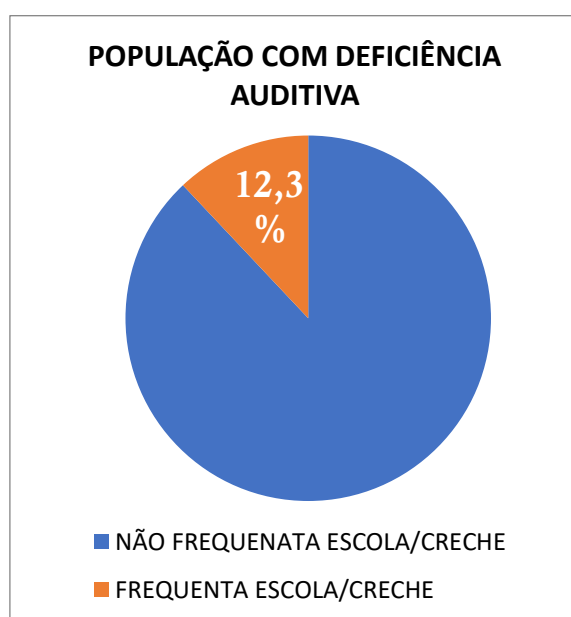
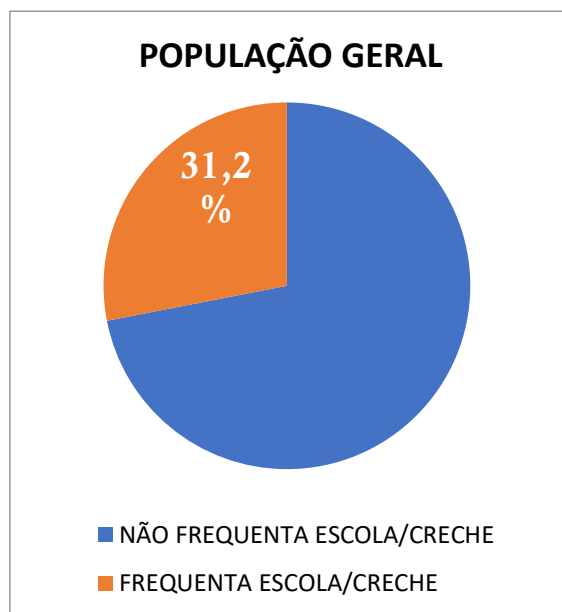


Fonte: elaborado pela autora com base no Censo Demográfico IBGE 2010
Gráfico 3 e 4 – Alfabetização: enquanto 89,5% da população geral, com 5 anos ou mais, era alfabetizada, apenas 75,5% dos deficientes auditivos eram. Fonte: Censo 2010 – Tabela 1.2.11 (pg.139)



Fonte: elaborado pela autora com base no Censo Demográfico IBGE 2010

Gráfico 5 – Frequenta a escola ou creche: enquanto 31,2% da população geral frequentam escolas ou creches, apenas 12,3% dos deficientes auditivos frequentam. Fonte: Censo 2010 – Tabela 1.3.12 (pg 141)



Fonte: elaborado pela autora com base no Censo Demográfico IBGE 2010

Os gráficos ilustrados nos apresentaram de forma quantitativa os variantes que tem nas classes de surdos e ouvintes, a população surda é minoria e não se enquadraram no quesito educação, ou seja, não tiveram alcance, mais com os avanços podemos perceber o crescimento do número de adeptos a

cultura surda e aceitação, tanto pela socialização como para o conhecimento. É notório que o questionário deveria ser mais aprimorado ou mais objetivo para termos noção exatamente da população surda se possui implante ou não, nascida ou adquirida a surdez, se usa aparelho e etc. Acreditamos que no próximo

questionário em 2020 seja modificado já que o avanço e o assunto está se expandindo, na qual ajudará a obter uma noção do quantitativo de surdos.

4 Legislação e surdez

Não é escola inclusiva e sim um novo modelo de educação inclusiva acessível a todos. Na qual o instrumento utilizado para todos os alunos é a aprendizagem. Para ter e ser inclusão deve atingir toda equipe da gestão aos professores, analisar mecanismos de interação que sejam vigorantes ao que possa interferir. É necessário realizar um feedback⁵ da sua estrutura, organização, seu projeto político-pedagógico, recursos didáticos, metodologias e estratégia de ensino, bem como, as práticas avaliativas, tal orientação resulta em avaliar num todo a escola. As leis foram o grande precursor para que todo este processo acontecesse dentro da educação e para a inclusão.

O surdo precisou de um amparo que o inclui-se na sociedade e em seus direitos linguísticos. O reconhecimento

da Libras (Língua Brasileira de Sinais) no país obteve uma intensa movimentação, renovando planejamentos, leis e decretos que passou a fazer parte da sociedade brasileira. As políticas públicas mobilizam o acesso e a permanência dos direitos linguísticos dentro das escolas, contudo ainda não é tão notado a prática da mesma. Assim sendo, os surdos podem ingressar nas escolas mais próximas de sua residência, esta proposta foi um dos primeiros passos de inclusão e exercício de cidadania. Tais ações levam a vida do surdo e da escola a implantar um trabalho pedagógico voltado à concordância da lei. Como afirma a Lei 9394/96 no seu 1º artigo que passa a vigorar acrescida do art. 26-B.

“Será garantida às pessoas surdas em todas as etapas e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, a oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, na condição de língua nativa das pessoas surdas”.
(LEI 9394/96)

Como provento, ocorreram muitas reuniões com o intuito de aplicar medidas pedagógicas para a aplicação e uso da língua de sinais. A Lei Federal

mensagem, e que serve para avaliar os resultados da transmissão, ou até mesmo dar uma resposta

⁵ feedback, cujo significado técnico é "retorno da informação ou do processo". É o efeito retroativo ou informação que o emissor obtém da reação do receptor à sua

10.436, de 24 de abril de 2002, identifica a língua de sinais em todo o país, publicada no decreto governamental 5.626 de 22 de dezembro de 2005, onde para professores, alunos surdos e interpretes de Libras tornou obrigatório o uso da língua de sinais. Este decreto determinou a inclusão de Libras como disciplina curricular.

Art. 3º - A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º - A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

No capítulo III deste mesmo decreto, fala sobre a formação do professor de Libras, onde a formação do mesmo deve ser em nível superior no curso de licenciatura plena em Letras/Libras para aqueles que vão lecionar no ensino fundamental, no ensino médio e superior. Dado como formação essencial no âmbito de libras e no currículo do docente.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos: I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição; II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição; III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição. Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas. (LEI FEDERAL 10.436/2002)

É fundamental para a participação social a acessibilidade e a comunicação, a lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 institui orientações para educação. Relata no artigo 17 desta lei sobre a extinção dos obstáculos na comunicação e a criação de mecanismos que tornem acessíveis os sistemas de comunicação para garantir o direito de acesso à informação, à comunicação, ao esporte e ao lazer. Ressaltando que o interprete de Libras é uma forma de acessibilidade para os surdos e também esta previsto em lei no qual é garantida sua participação. Muitas leis surgiram e

contribuíram para o processo de inclusão e acessibilidade gerando medidas determinantes para tal assunto. Logo em seguida para nosso conhecimento estão algumas leis, decretos, parecer e declarações que somam nestes processos de direito ao surdo.

LEIS

- Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - Educação Especial.
- Lei 10.098/94 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Lei 10.436/02 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

DECRETOS

- Decreto nº 186/08 - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em 30 de março de 2007.
- Decreto nº 6.949 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e

seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

- Decreto Nº 6.094/07 - Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.
- Decreto Nº 6.215/07 - Institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência – CGPD.
- Decreto Nº 6.571/08 - Dispõe sobre o atendimento educacional especializado.
- Decreto nº 5.626/05 - Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
- Decreto nº 2.208/97 - Regulamenta Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Decreto nº 3.298/99-! Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
- Decreto nº 914/93 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- Decreto nº 3.952/01 - Conselho Nacional de Combate à Discriminação.
- Decreto nº 5.296/04 - Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade.
- Decreto nº 3.956/01 – (Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção

Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

PORTARIAS

- Portaria nº 976/06 - Determina critérios de acessibilidade a eventos do MEC.
- Portaria nº 1.793/94 - Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências.
- Portaria nº 3.284/03 - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

RESOLUÇÕES

- Resolução CNE/CEB nº 2/01 - Normal
- Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- Resolução CNE/CP nº 1/02 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores.

AVISO

- Aviso Circular nº 277/96 - Dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais.

DOCUMENTOS

INTERNACIONAIS

- Convenção da ONU Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- Carta para o Terceiro Milênio.
- Declaração de Salamanca.
- Convenção da Guatemala.
- Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes.
- Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão.

5 Intolerância e conquistas

O Brasil ainda está atrasado em respeito a ter intérpretes em novelas, filmes e programas o que temos são serviços de legendas como o closed caption⁶, mais não se compara, pois a língua dos surdos é diferente do que mostra na legenda. Alguns fatores

⁶ Closed caption ou legenda oculta, também conhecida pela sigla CC, é um sistema de transmissão de legendas via sinal de televisão. Essas legendas podem ser

reproduzidas por um televisor que possua função para tal, e tem como objetivo permitir que os deficientes auditivos possam acompanhar os programas transmitidos.

também não contribuem como, a falta de professores bilíngues, escolas inclusivas, dificuldade de tradução de materiais didáticos para a língua de sinais, a empregabilidade é limitada onde poucos conseguem vaga, é necessário ampliar a formação e capacitação dos profissionais tradutores e interpretes, falta acessibilidade de cultura em museus, cinemas e teatros.

O mercado de trabalho e a escolaridade para o surdo é bem limitado à maioria não possui escolaridade e os que possuem não atuam na sua área, a minoria que consegue é através de concurso público. As empresas não contratam devido aos custos com interpretes e tecnologia e quando estão numa função não tem chances de ir para outros cargos, ficando mais de 20 anos na mesma função. O problema é maior quando na educação infantil o surdo não é acompanhado de forma adequada onde provoca defasagem no ensino fundamental. Dados de 2017 afirmam que 130 surdos no Brasil são formados em nível superior entre graduação, mestrado e doutorado. Em seu livro Dorziat relata sobre o poder que o surdo tem em desmistificar e enquadrar seus direitos na sociedade.

[...] as comunidades surdas devem propiciar um lugar de afirmação de política, de troca de experiências, que podem desfazer rótulos que por si só contribuem para a perpetuação de uma visão circunstancial das situações, mostradas nas falas dos próprios surdos (DORZIAT, 2009, p.25).

Embora o preconceito minimizou bastante, na minoria sempre existirá de um modo geral o preconceito, muitos líderes e a lei vem combatendo isso, melhor seria que os ouvintes tornassem adeptos a libras assim como os surdos aprendem ao português, na qual o conhecimento não se estende-se só ao interprete mais toda a população.

Houve varias conquistas para a comunidade surda de modo geral, a Lei de Libras gerou empregabilidade, o decreto nº 5.626 tornou obrigatória a disciplina de libras nos cursos de formação para professores de nível médio e superior, para professores de instituições federais o curso de interprete e tradutores em Libras. Hoje em dia o número de universidades que oferecem vagas ao publico surdo aumentou, assim também a quantidade de surdos cursando mestrado e doutorado. Sem deixar de lado os aplicativos que faz a tradução da língua portuguesa para Libras, um avanço também é na prova do ENEM

2017 que pode ser traduzida para a linguagem de sinais através de videosprova, surgiu também a central de interpretes onde o surdo pode ser acompanhado para resolver assuntos burocráticos, contamos também com uma ferramenta que vem auxiliando muito as traduções rápidas de quem esta iniciando e se familiarizando que é o Hand Talk (mãos que falam) é uma plataforma que traduz simultaneamente conteúdos em português para a língua de sinais e tem por objetivo a inclusão social de pessoas surdas, é um mecanismo fácil na qual o interessado digita ou fala para obter através do Hugo (personagem do aplicativo) o sinal desejado traduzido. Todo este avanço gerou um grande empoderamento para a classe dos surdos e com a politica ativa só tem a contribuir para que os direitos sejam conquistados ainda mais.

6 Conclusão

Podemos analisar neste artigo as vertentes do mundo da inclusão, seus objetivos concretos e suas dificuldades de mãos dadas com a resistência. Fato que tem muito o que se expandir, ainda são poucas obras e autores que trabalham

esta didática de uma forma colaborativa e aplicada, as leis trouxe uma força surreal de apoio e conduta a pratica. Tal assunto deve sair dos debates e ser encarado com normalidade, não por ato de defesa, mais por questão social e pratica da ética, trazer o problema para perto e alavancar as dificuldades com intuito de melhorar o caminho da aceitação e de entrar na vida do próximo, só assim para entendermos o que se passa do outro lado.

Este tipo de pesquisa envolve métodos quantitativos e qualitativos, de modo a obter uma conclusão mais objetiva dos dados abordados, foi destacado como subtema a inclusão social de uma forma geral e o tema exposto remete a uma metáfora “sinais” ou seja os surdos que foi trazido como pauta do assunto para inclusão, encontramos dados reais que nos levou a obter um conhecimento da realidade desta temática, entender como ela é aplicada e conhecer mais sobre este assunto tal pouco abordado.

Com tudo é necessário arregaçar as mangas e mudar o quadro que ainda estamos passando, talvez pela zona de conforto ou por achar desnecessário, pois são minorias. O fato é que a surdez sempre existiu e está tomando caminhos

diferentes, a comunicação foi e sempre será a porta para vários acessos inclusive o conhecimento, se não somos surdos podemos auxiliar os que são e dar asas para que tenham oportunidades como pessoas que não possuem deficiência. Vestir educação sempre foi moda e alcançará até os dias atuais, ter um país com inclusão é também vestirmos a camisa da inclusão, independe de qual seja o limite do outro sejamos a ponte que liga para um Brasil mais humano, solidário e inclusivo.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fábio. Inclusão social e municipalização. **Educação Especial: temas atuais**, p. 1-10, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Presidência da Republica.** Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/l eis/2002/110436.htm>. Acesso em: 22 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 25 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://presidencia.gov.br/civil_03/LEIS/2001/L10172.htm>. Acesso em: 22 de janeiro 2019.

CACALCANTI, Wanilda Maria Alves. **Fundamentos da Educação de Surdos.** Disponível em: <http://lerparaver.com/legislação/internacional_salamanca.htm>. Acesso em: 26 de janeiro 2019.

CENSO. **Características Gerais da População, Religião e Pessoa com Deficiência.** Censo demogr., Rio de Janeiro, p.1-215, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 25 de janeiro de 2019.

COSTA, Renata. Sinais da Inclusão, 2005. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2005/02/15/489888/sinais-da->

[incluso.html](#)>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

DORZIAT, A. **O outro da educação:** pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão. Petrópolis: Vozes, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** In: Novo dicionário da língua portuguesa. Nova Fronteira, 1986.

GESUELI, Z. M. **Lingua(gem) e identidade: a surdez em questão.** Educação & Sociedade, v. 27, n. 94, p. 277-292, 2006.

LIMA, Luisa; FREITAS, S. **Apertem os cintos, a direção (as) sumiu! Os desafios da gestão nas escolas inclusivas.** FREITAS, Soraia Napoleão, RODRIGUES, David, KREBS, Ruy. Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais. Santa Maria: Ed. UFSM, p. 85-111, 2005.

MOURA, Maria Cecília de; LODI, Ana Claudia B.; HARRISON, Kathryn MP. **História e educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais.** LOPES FILHO, Otacílio de C. Tratado de

Fonoaudiologia. São Paulo: Roca, p. 327-357, 1997.

O.N.U. / Unesco. (1994) **Declaração de Salamanca.** Espanha: Salamanca.

PERLIN, G. e STOEIBEL, K. **Fundamentos da Educação de Surdos.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

RODRIGUES, David et al. **Educação Inclusiva: mais qualidade à diversidade.** Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais. Santa Maria-RS: Ed. UFSM, 2005.

_____. Educação Inclusiva: as boas e as más notícias. In: Rodrigues, David (org.) **Perspectivas sobre a inclusão:** da Educação à Sociedade. Porto: Porto Editora, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Nuestra América: reinventing a subaltern paradigm of recognition and redistribution. Theory, Cultures and Society, 18 (2/3), p. 185-217.

SOARES, M.A.L. **A educação do surdo no Brasil.** Campinas: EDUSF, 1999